
A COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERFACE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiz Claudio Borile¹
Kátia Regina Celuppi²
Luiza Maria da Silva Rodrigues³

Área de conhecimento: Administração

Eixo Temático: Outros (Gestão ambiental, Tecnologia da Informação, Ensino e Pesquisa em Administração, Associativismo)

RESUMO:

Nesse trabalho serão discutidos as formas organizativas do cooperativismo, a partir da apresentação da criação da Cooperativa Central da Agricultura Familiar integrada do Paraná – Coopafi Central, os desafios encontrados na sua estrutura diretiva e organizacional, e os eixos estratégicos no cooperativismo solidário na área de ação da cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Coopafi Central. Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo tem sido adotado como modelo de desenvolvimento local para a agricultura familiar, principalmente no Sudoeste do Paraná. A discussão a respeito de estratégias de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, a fim de verticalizar toda a cadeia produtiva (a produção da matéria prima, a sua transformação e a sua comercialização) com a agregação de renda aos produtos e de modo que o agricultor se aproprie do lucro, sempre foram preocupações das entidades representativas ligadas à Agricultura Familiar bem como de alguns setores do poder público constituído, no intuito de assegurar-lhes condições para permanência no campo (Deser/Unijuí, 1992).

Na constituição histórica das cooperativas de economia solidária, destaca-se o papel do ramo comercialização como instrumento estratégico na qualificação do crédito e estreitamento na relação entre produtor e consumidor, facilitando o domínio da cadeia e agregação de valor ao produto.

¹ Advogado e assessor de direito da Unicafe Paraná – lcborille@hotmail.com

² Economista Doméstica e Nutricionista, Assessora do setor de comercialização da Unicafe Paraná – katiaceluppi@hotmail.com

³ Economista Doméstica, com especialização em Movimentos sociais e Desenvolvimento, mestranda do PPGDR Pato Branco, Analista de Formação Infocós – luizamaria@hotmail.com.



A Cooperativa Central da Agricultura Familiar integrada do Paraná – Coopafi Central surgiu do processo de conscientização gerido pelo movimento associativista, desenvolvido pelas organizações da Agricultura Familiar, com base na necessidade de organização do setor comercial das várias iniciativas existentes na região Sudoeste e nas outras regiões do Estado do Paraná.

O objetivo do presente artigo é apresentar o contexto organizacional da organização de cooperativas centrais de comercialização e sua rede a partir do estudo de caso da Coopafi Central.

1 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos tem ganhado espaço o debate sobre desenvolvimento regional e territorial, de modo a fortalecer o ambiente geopolítico onde se constroem as diferentes formas de organização da sociedade. Esta dinamização de diálogos se ampara na articulação e edificação de estratégias duradouras ao desenvolvimento local, por meio da sociedade civil, nas suas organizações, no empresariado e nos ambientes políticos, que por meio do aporte das políticas públicas de estímulo, solidificam tal desenvolvimento. FRANTZ (2001) estabelece que, diante do quadro de profundas transformações, especialmente econômicas e políticas, pelas quais perpassa a sociedade contemporânea, ressurgem a questão do cooperativismo, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, especialmente no campo do trabalho, da economia.

Em presença da compreensão de que o desenvolvimento local se torna inovador na relação que os atores envolvidos constroem, conferindo-lhes a estabilização de um capital social único e rico (BECATTINI, 1994), dá-se início a um debate embasado no crescimento do setor cooperativista nas regiões, com forte estruturação da agricultura familiar como fator democrático de propagação ao desenvolvimento e de ampla participação social.

O cooperativismo, desde a sua solidificação, sempre foi uma ferramenta importante (ANDRIOLI, 2007), além de ser agente amplamente gerador de capital humano para os aspectos de trabalho e produção. Para que se manifeste o cooperativismo fazem-se necessárias duas condições: objetiva – situação vivenciada geradora de problemas – e subjetiva – a tomada de consciência de que



os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimentos e sociabilidade. De forma particular, as cooperativas da agricultura familiar e economia solidária no Sudoeste do Paraná tem se tornado uma ferramenta respeitável aos agricultores familiares em suas organizações na construção de processos integrados de desenvolvimento local sustentável.

Cada vez mais se tornam possíveis as práticas dos princípios cooperativos, buscando solucionar diferentes demandas e ampliando o fortalecimento da sociedade local, com geração de renda, pressupondo uma relação de proximidade com os mercados, objetivando mostrar que a agricultura familiar não é só de subsistência, mas de contribuições econômicas, e que podem mesmo em mercados mais desenvolvidos alcançar outras finalidades não-econômicas (Polanyi, 1980).

2 METODOLOGIA

A discussão dos fenômenos sociais são modos de aproximar-se do ambiente da produção do e sobre o conhecimento. As situações cotidianas as quais os sujeitos envolvem-se demonstram a sua forma de compreender decidir sobre o circuito de informações e conhecimentos que lhe são disponíveis. Sendo assim para refletir sobre a geração de mudanças, os estudos de casos são úteis por conter todo processo histórico que se necessita estudar. Minayo (2010, p. 12)

[...] o objeto de estudo das ciências sociais é histórico. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo.

A opção pelo estudo de caso da Coopafi Central, traz consigo o processo histórico do debate organizacional da agricultura familiar, utilizando-se do cooperativismo solidário na busca de mudanças sociais e a inclusão de famílias agricultoras aos mercados.



3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Coopafi Central constituiu-se em 23 de fevereiro de 2007, com a finalidade e percepção de que os próprios agricultores familiares podem construir instrumentos para comercialização de seus produtos. No momento da sua constituição, como consta na Ata (Ata é o documento constitutivo da sociedade cooperativa que são registrado na Junta Comercial), os objetivos buscavam valorizar a produção de alimentos isentos de agrotóxicos, o recebimento da produção originária de seus associados, bem como a armazenagem desta produção em uma Central de padronização e criação da marca única para produtos da agricultura familiar comercializados pelo Sistema Coopafi Central, daCom o passar dos anos, alguns objetivos mudaram o foco, porém a grande maioria dos citados acima ganhou força.

O tema que mais divergente deste processo foi à central de comercialização, a qual foi constituída e utilizada por alguns anos, sendo estruturada na própria sede da Coopafi Central. Porém esta forma de centralização com intuito de padronização tem um alto custo de operacionalização, visto a grande diversidade de produtos e sua também ampla sazonalidade de produção da região Sudoeste do Paraná. Em virtude destes dificultadores, atualmente as cooperativas operam regionalmente, sendo toda a parte de organização de produção, canais de comercialização e gestão, de responsabilidade de cada cooperativa, sendo elas individuais na forma de gestão, tendo como característica principal a proximidade e participação direta dos agricultores/associados na gestão e venda de seus próprios produtos.

A marca “COOPAFI” foi o grande avanço que o sistema obteve no decorrer dos anos. Apesar da descentralização na forma de gestão e comercialização, atualmente os produtos comercializados, tanto no mercado institucional, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA⁴ e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE⁵, como os vendidos no mercado privado, possuem uma identificação de origem. “COOPAFI” e “Natural do Campo”, são marcas desenvolvidas e

⁴ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

⁵ Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários., foi criado em 1954 com a Campanha da Merenda Escolar, em 2009 com a Lei 11.947 onde destina que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados a compra de produtos da Agricultura Familiar.



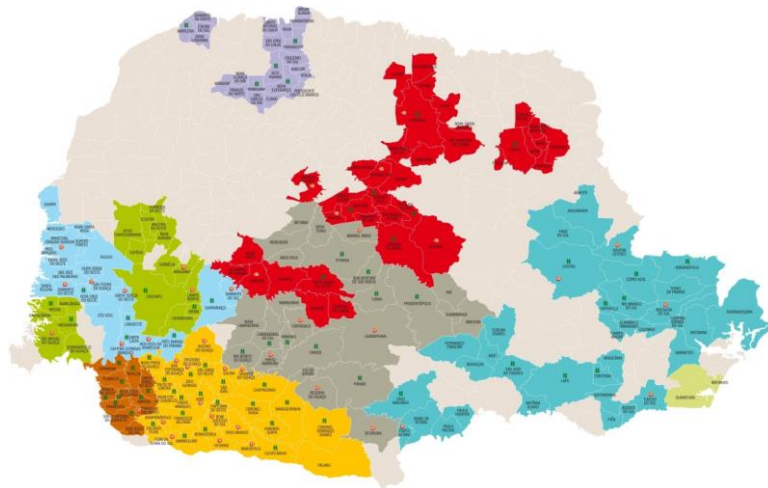
devidamente registradas dentro dos padrões legais que solicita a legislação Brasileira, sendo assim, todos os produtos da Agricultura Familiar oriundos do Sistema Coopafi Central possuem rótulos padrão, diferenciando entre eles apenas a identificação da origem da cooperativa e região onde este é produzido.

Imagem 1: Logomarca Coopafi Central



Atualmente a Coopafi Central é um conjunto de 12 cooperativas singulares- (cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos conforme relata o artigo 7º da Lei Geral das cooperativas), e aproximadamente três mil sócios cooperados, agricultores familiares solidários, com aproximadamente doze mil famílias beneficiadas, geram em números aproximados 50 empregos diretos e respondem por um valor considerável na movimentação econômica e financeira da região sudoeste do Estado do Paraná.

Mapa 01: Municípios do Paraná que possuem Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Fonte: Unicafes Paraná



Estrutura Diretiva e Organizacional da Coopafi Central

O cooperativismo solidário da Coopafi Central e sua relação com as cooperativas singulares e sócios cooperados não só melhoram as condições de vida dos envolvidos no processo no setor econômico, mas também se desenvolvem em especial no setor social.

O tema apresentado possui grande relevância no meio do cooperativismo solidário, tornando imprescindível a discussão por se tratar de um assunto relativamente atual, ou seja, se a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná se constitui sob a ótica da economia social solidária? Entretanto, existem importantes controvérsias nas quais procuraremos entendê-las, esclarecê-las com base de dados governamentais e não governamentais e no caso concreto da Coopafi Central, das cooperativas singulares e dos sócios, entre outros.

A Coopafi Central é uma sociedade cooperativa, na modalidade central - as cooperativas centrais ou federações de cooperativas, são constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir cooperados individuais em conformidade com o artigo 6º, incisos e parágrafos da Lei Geral das Cooperativas, constituída segundo os ditames da Lei 5.764/1971 e demais normas inerentes aos procedimentos das sociedades. Possui a normatização própria que são o Estatuto Social e Regimento Interno, dos quais definem sua organização.

Caracteriza-se como um empreendimento solidário por definir em sua normatização interna, o Estatuto Social as finalidades e objetivos que lhe propõe



Artigo 2º - A Cooperativa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam as suas associadas, objetiva promover: I – A integração dos trabalhadores na Agricultura Familiar, suas cooperativas e entidades como forma filosófica de desenvolvimento; II – O Estímulo ao associativismo rural, a promoção do desenvolvimento agropecuário e o incentivo à preservação do meio ambiente; III – A promoção do desenvolvimento da agricultura naturalista, agroecológica, orgânica e biodinâmica, bem como a produção de alimentos isentos de agrotóxicos, pesticidas e hormônio conforme normas certificadoras (...).

Assim sendo, as responsabilidades são solidárias nas cooperativas singulares, bem como seus os sócios, não apenas nas finalidades e objetivos, mas primordialmente no que tange aos direitos e deveres dos empreendimentos como descreve o Estatuto Social

Artigo 4º - Pode associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, pessoas jurídicas que se dediquem às atividades agrícolas e pecuárias, cujos associados são trabalhadores na Agricultura Familiar, em imóvel de sua propriedade, arrendada ou em parceria, que explorem área igual ou inferior a 04 (quatro) módulos fiscais e que concordem com as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e das Normas e que não pratiquem atividades que possam prejudicar colidir ou concorrer com os interesses e objetivos da entidade: - Poderão ingressar na Cooperativa as pessoas jurídicas qualificadas como trabalhadores na agricultura familiar, situadas na sua área de ação, que adiram ao processo de integração ao presente Estatuto às normas emanadas desta Cooperativa e que tiverem seus pedidos de filiação aprovados pela Assembleia Geral ou Diretoria da Cooperativa; - Poderão, também, se associar pessoas jurídicas e entidades locais cujos quadros sociais são compostos de associados que se dediquem à coordenação, orientação e assistência aos associados, sujeitem-se às normas emanadas da Cooperativa e adiram a este Estatuto; - Poderão, ainda, associar-se à Cooperativa as pessoas jurídicas que, satisfeitas as condições descritas neste artigo, se enquadrem nos objetivos da Sociedade, o mesmo podendo ocorrer com associações de agricultura familiar; - O Quadro Diretivo da nova associada deverá participar de treinamentos e atividades suas funções no associativismo e cooperativismo e a respeito do Estatuto Social da Cooperativa.

Ademais, até mesmo a norma interna do empreendimento solidário, faz com que beneficie o agricultor familiar que se dedicam essencialmente nas atividades da agropecuária de propriedade de pequeno porte ou de agricultura familiar⁶. No entanto, abre possibilidades de admissão de outras entidades que não sejam

⁶ Entende como propriedade de pequeno porte o descrito na Lei da Agricultura Familiar acima descrita, que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, aproximadamente 80 hectares, segundo Instrução Normativa 20/80-INCRA, na região Sudoeste.



cooperativas, porém com ressalvas de que não conflitem com os interesses dos agricultores.

Nota-se também, que a agricultura familiar tende ser o setor que vai sustentar futuramente a economia nos tempos de instabilidade, além de assegurar e até criar muitas oportunidades de trabalho.

Sendo assim, é através da agricultura familiar que os produtores envolvidos com a cooperativa Coopafi Central são organizados de forma coordenada com as demandas de consumo. Eles assumem atualmente um papel importante na interlocução com o governo, no acesso aos recursos de programas para financiamento de projetos produtivos e a comercialização dos produtos para garantir a presença dos mesmos na agricultura familiar em uma alimentação saudável.

O desafio principal das práticas educativas e formadoras no cooperativismo solidário são o de socializar os diversos conhecimentos produzidos pela sociedade para o quadro social, conselheiros, funcionários e demais membros da cooperativa. As práticas educativas buscam uma estratégia formativa que se empenha em valorizar a dimensão do conhecimento reflexivo dos atores envolvidos; que o conhecimento como instrumento restrito a alguns membros; e valorizar o que os intérpretes são capazes de aprender e gerar conhecimentos a partir de suas experiências.

A estrutura diretiva - organização dos Conselhos de Administração e Fiscal da cooperativa, que no caso a Coopafi Central possui sete pessoas compondo o Conselho administrativo (Presidente, vice-presidente, secretário e mais quatro vogais). Da mesma forma compõe o Conselho Fiscal de seis pessoas, (três efetivos e três suplentes), tudo em conformidade com os artigos 47 e 56 da Lei Geral das Cooperativas, ou governança na cooperativa permanece na busca constante pelo aperfeiçoamento da gestão do empreendimento, que o debate sobre o tema seja aprofundado e a partir dela possamos definir funções, papéis e responsabilidades, fluxograma interno de rotinas, planejamento de trabalho e reuniões, para que o espaço de decisão permaneça nas mãos dos Conselheiros e sócios, ao mesmo tempo em que a profissionalização de algumas funções seja cumprida adequadamente.



Por meio da formação, a ferramenta do cooperativismo solidário se torna cada vez mais forte aos agricultores familiares para a construção de processos integrados de desenvolvimento local sustentável.

As assembleias são reuniões ou espaços de debates ampliados imprescindíveis para este modelo de organização, pois manifestam o cenário, avanços e demandas a serem pensados pelo quadro social. As assembleias devem ser momentos líricos na vida do cooperativismo, mas por outro lado momento de reflexão, pois o mesmo depende de cada liderança inserida neste processo de desenvolvimento social e econômico.

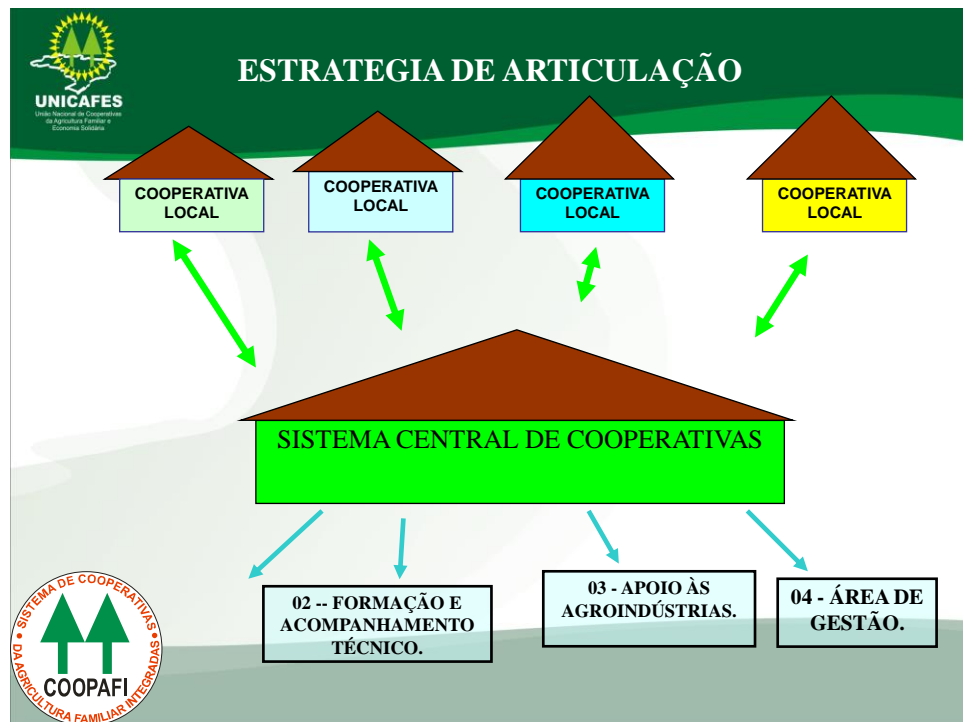
O processo de comercialização é reconhecido por todos como uma das principais demandas do cooperativismo. Ao mesmo tempo, verificamos que a organização do processo agroindustrial e comercial pode ser a ferramenta desafiante da Agricultura Familiar, no entanto, verificamos as dificuldades na estratégia do sistema de comercialização e na interação com outros ramos produção e comercialização do capitalismo.

Eixos Estratégicos do Sistema Coopafi Central

Desde sua constituição, a Coopafi Central tem a sua ação estratégica fundamentada nos seguintes pontos: ampliar e organizar os canais de comercialização; apoiar as cadeias produtivas in natura ou processadas; acessar insumos alternativos gestão e controle; acessar programas institucionais; suprir as demandas alimentos na região e ampliar para outras regiões metropolitanas. Os eixos estratégicos para o grupo são decisões realizadas em assembleia, tomando como princípios as diretrizes da organização do empreendimento solidário para onde vai a instituição? Quais são seus objetivos a curto, médio e longo prazo, no entanto, essas decisões se dão de forma democrática, debate com todas as cooperativas singulares, bem como seus sócios, mas tudo em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno da Coopafi Central.

Imagem 01: Fluxograma demonstrando as estratégias de articulação da Coopafi Central.





Fonte: Coopafi Central

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A finalidade objetiva da Coopafi Central como forma de melhorar a qualidade de vida dos sócios de suas singulares e como meio de melhoria da renda, tem ganhado maior ênfase a partir de meados da primeira década do terceiro milênio, quando se percebeu o quão dinâmico pode ser esse instrumento desde que os objetivos sejam partilhados e trabalhados por todos os envolvidos, como nos aponta Tedesco,

Tais movimentos recentes têm em comum a preocupação em relação a temas como a obtenção de créditos agrícolas, a melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores do país.(TEDESCO, p.341).

Diante dessas considerações, percebe-se a importância da cooperativa Coopafi Central nos procedimentos de melhoria dos processos de desenvolvimento da região de sua área de ação territorial onde a cooperativa pode atuar na execução de seus objetivos e finalidades para qual foi constituída. No entanto, propicia com isso, a criação de debates internos e externos com entidades afins e meios democráticos de participação das cooperativas singulares, bem como de seus



sócios, possa influenciar no desenho de políticas inclusivas que possibilitem romper com as diferenças locais e regionais. Entretanto, a análise realizada, observa-se que a organização em estudo consegue contornar situações diversas em tempos de instabilidade econômica e financeira face o modelo e a efetividade do cooperativismo solidário, bem como contem a presença intensa em suas ações da economia social solidária.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho Coletivo e Educação**: um estudo das práticas cooperativas do PEC – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2.ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

DESER/UNIJUI. Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Ijuí, RS, 1992. (Relatório final de pesquisa 02).

FRANTZ, W. **Educação e Cooperação**: práticas que se relacionam. Revista Sociologias: Porto Alegre. Ed. Três, n. 6, jul/dez. 2001. p. 242-264.

MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. RJ .Ed. Campus, 1980. (Caps 4, 5, 6 – pg. 59-88; Cap 21, pg 289-301).

TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

UNICAFES, Cooperativismo Solidário: promovendo inclusão e desenvolvimento. Brasília, 2008 (Documento não publicado).

UNICAFES PARANÁ, Revista Unicafes Paraná, 2011.

